

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: CREAS III – Av. Rio de Janeiro, 1288 - Centro – Londrina – PR

Data: 15 de Fevereiro de 2017

Horário: 14h00 horas (1ª convocação) - 14h15 (2ª convocação)

1 Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete foi realizada reunião extraordinária
2 do Conselho Municipal de Assistência Social na sede do CREAS III, sito a avenida Rio de
3 Janeiro, 1288 – Centro, Londrina – PR. Os participantes desta reunião foram registrados em
4 lista de presença devidamente assinada e arquivada. A reunião é iniciada em segunda
5 chamada, às quatorze horas e vinte e um minutos. Em seguida é feita a leitura da pauta para
6 apreciação e aprovação **1. Associação Projeto Pão da Vida; 2. Programa Criança Feliz.**
7 Após leitura, é solicitado pela secretária Nádia a inversão da pauta, iniciando pelo Programa
8 Criança Feliz. Conselheira Luana Campos pontua que a discussão do programa pode se
9 estender e prejudicar a discussão sobre o ponto Associação Projeto Pão da Vida. Após
10 discussão ficou decidido pela plenária que a discussão referente ao Programa Criança Feliz
11 iria até as dezesseis horas, caso neste tempo não fossem esgotadas as discussões o ponto
12 seria pautado novamente em outra reunião. Após esta deliberação, passou-se a apresentação
13 do Programa realizada pela conselheira Adriana Santos que explica que o programa passa por
14 duas etapas, sendo a primeira o aceite da Secretaria Municipal de Assistência Social junto ao
15 Governo Federal e a segunda etapa é a deliberação do CMAS sobre o Programa. Explicita as
16 legislações que compõem o programa e sobre o recurso disponibilizado pelo governo federal
17 de cinquenta mil reais mensais estabelecendo a meta de mil crianças/gestantes referenciadas,
18 sendo necessário um profissional para cada vinte e cinco famílias, o que exigiria a contratação
19 entre 30 e 40 profissionais. Explica sobre a contratação de visitantes e supervisor(a). Expõe
20 sobre a proposta do município para a contratação de trinta orientadores sociais tendo como
21 custo anual R\$ 984.000,00, sendo o cofinanciamento federal no valor de R\$ 600.000,00 ano,
22 restando uma diferença de R\$ 384.000,00 ao ano, considerando o salário dos 30 orientadores
23 sociais no valor de R\$ 2.500,00 mensais se a contratação for através de convênio com
24 entidade, caso seja através de concurso público o valor do salário deveria ser de R\$ 3.500,00,
25 o que elevaria ainda mais o custo do serviço. Esclarece que a lista de famílias que deverão ser
26 visitadas e acompanhadas vem do governo federal. Secretária Nádia Moura fala do aceite já
27 realizado pela SMAS, que o Estado do Paraná também realizou o aceite, que o prazo final para
28 a deliberação do conselho é dia vinte e quatro de fevereiro e da possibilidade de realizar
29 proposta visto que os recursos são insuficientes ou fazer proposta para aumento do recurso.

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

30 Terminada a apresentação, é aberta a discussão pela plenária. Conselheira Márcia Paiva
31 pontuou que o Orçamento da SMAS de 2017 foi amplamente discutido e não contemplou várias
32 prioridades e que só foi possível fechar o orçamento considerando doze parcelas dos recursos
33 federais, fator esse muito preocupante visto a não regularidade dos repasses e atrasos.
34 Retomou ainda que, tanto em 2015 quanto em 2016, algumas entidades desistiram das
35 parcerias em função dos repasses relativos aos convênios que, em alguns casos, representam
36 apenas 30% do custo dos serviços. Enfatizou que não temos como contemplar essa demanda
37 no orçamento. Também observou que os últimos aceites junto ao MDSA previam contrapartida
38 do Estado, equivalente a 50% dos recursos federais não tendo sido citado na apresentação se
39 há esta exigência. Márcia também fez considerações que remetem as Orientações Técnica em
40 relação ao Programa lembrando que, no caso do SCFV, as exigências foram ampliadas e o
41 acompanhamento no sistema do Governo Federal é muito rígido. Pontuou ainda que a proposta
42 de execução através de parceria deve ser analisada, considerando inclusive se teremos
43 parceiros para execução, pois da forma que foi apresentada remete apenas a contratação de
44 pessoal, e que isso gerará ônus para entidade que assumir e se trata de um Programa e não
45 de um serviço continuado. A Conselheira Márcia questionou se esse programa pode ser
46 utilizado para qualificar as ações, inclusive intersetoriais, pois acredita que a Saúde através
47 das ACS já realiza parte desse trabalho, que a Educação também, através dos Centros de
48 Educação Infantil, e ainda que poderíamos qualificar as ações do PAIF, através de técnicos,
49 de intervenções em grupos, visita domiciliar técnica, a partir das demandas já acompanhadas
50 por outras políticas, qualificando a ação, atividade complementar. Márcia ressaltou não estar
51 discutindo o mérito do Programa e que o CMDCA deveria estar participando dessa discussão
52 em relação à Criança Feliz. A Conselheira questionou a possibilidade de apresentar uma
53 Proposta de Execução que fique dentro dos valores repassados pelo Governo Federal,
54 apontando que o município não dispõe de recursos relativos para contrapartida. Nádia Moura
55 refere que os atrasos das parcelas do cofinanciamento federal são consequência de recursos
56 parados em contas em gestões anteriores e da necessidade de busca de parceria para prestar
57 serviços de boa qualidade. Adriana Santos ressaltou que as resoluções do programa, são rígidas
58 na definição dos critérios, não abrem possibilidades para além do que já está estabelecido.
59 Sara Aleixus diz que tem dúvidas quanto ao lugar do PAIF nesta discussão. Cristina refere que
60 o programa não aponta respostas para as demandas que serão levantadas nas famílias com
61 ações concretas, referindo-se apenas a realização de visitas. Edna Chagas reforça dizendo

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

62 que será apenas identificar demandas sem ter respostas para elas, que tem sido bastante
63 questionado pela secretaria qual a “porta de saída” dos usuários da política, e que apenas
64 realizar visitas não irão resolver essa questão. Sara Alexius retoma a palavra e fala sobre a
65 NOB RH. Adriana Santos sinaliza que no PAIF há a exigência de profissionais de ensino
66 superior para realização das visitas domiciliares, abrindo para profissionais de nível técnico a
67 realização de busca ativa. Rosimeire Félix questiona o exercício ilegal da profissão dos
68 assistentes sociais sendo executado por profissionais sem formação. Nádia Moura refere que
69 sobre isso, irá fazer uma consulta jurídica. Neusa Tiba fala sobre os objetivos do milênio, que
70 o programa vem no sentido de obrigar o poder público a estabelecer uma política municipal
71 para a primeira infância e de crianças e adolescentes e que considera importante o programa
72 e a contribuição dos visitantes para ensinar as famílias a cuidarem das crianças. Lílian Mara
73 de Castro pontua a necessidade de estudar e verificar as possibilidades que o programa
74 oferece, ressalta que, quando foi criado o cargo de ACS na saúde também houve muito
75 estranhamento por se tratar de um profissional novo. Conselheira Luana Campos faz
76 considerações reforçando o que já exposto por Edna Chagas e Cristiane da Silva Aguiar sobre
77 haver mais um serviço para visitar as famílias para levantamento de demandas que sabemos
78 todos, a assistência social sozinha não dará conta de suprir e que o programa não diz como
79 as outras políticas serão envolvidas para o atendimento dessas demandas. Pontua que a
80 discussão dos serviços tem sido cada vez mais no sentido de diminuir a quantidade de
81 serviços/profissionais indo até a casa das famílias uma vez que as sobrecarrega. Questiona os
82 objetivos das visitas, se serão no sentido de apoiar as famílias ou de, mais uma vez, acusa-
83 las, apontando o que estão fazendo de errado e culpabilizando-as. Pontua que haverá “porta
84 de saída” das famílias da política de assistência social através do fortalecimento das políticas
85 públicas para que todos tenham acesso, que acredita não ainda estar o imaginário dos
86 presentes que será a assistência social que irá fazer sozinha isso, que crianças e adolescentes
87 precisam ser prioridade em todas as políticas, não apenas a de assistência social, que não
88 entende que a política de assistência tenha a capacidade e o dever de ensinar as famílias a
89 cuidarem de suas crianças e que, mais um vez, está sendo colocado para a assistência social
90 uma função que não é dela, assim como o cadastro único que já foi discutido em diversas
91 reuniões nessa gestão do conselho, sendo que se trata de um cadastro utilizado por diversos
92 programas, não apenas o bolsa família, envolvendo diversas políticas como educação, saúde,
93 habitação, entre outros, mas que ficou a cargo da assistência social executa-la. Pontua ainda

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

94 que, sendo transferida a contratação de visitantes e supervisores para entidade, sendo que
95 os profissionais contratados devem ser referenciados nos CRAS, restarão para a entidade os
96 ônus trabalhistas, lembrando que tem havido atraso no repasse dos recursos para as
97 entidades, e caso isso ocorra, quem responderá por atraso de pagamento ou qualquer outro
98 ônus não será a SMAS, nem o Estado e nem o MDSA, mas sim a entidade. Presidente
99 Valmirete Alves fala sobre a preocupação do programa ser adaptado a realidade local, que
100 devem ser feitas ressalvas no aceite do programa, fala das necessidades já existentes e a
101 necessidade de outras políticas públicas para dar conta das demandas. Nádia Moura diz que
102 é necessário fortalecer a proteção social básica e o PAIF. Questiona qual tem sido a “porta de
103 saída” dos beneficiários juntamente com outras políticas. Informa que todas as informações
104 obtidas pela SMAS estão sendo trazidas para ciência do CMAS, que não se sente no direito
105 de não trazer o programa para as famílias de Londrina e que entende ser esta uma
106 responsabilidade do CMAS com as famílias. Valmirete Alves diz ter dúvidas quanto a
107 contratação das equipes. Luiz Figueira do Gabinete do Prefeito refere sobre o Plano Diretor
108 que abarca também as políticas públicas, que não existe de fato uma política para a primeira
109 infância no município, que acredita ser necessária essa construção que tem o programa criança
110 feliz como possibilidade de um start neste processo. Sugere um grupo de trabalho para pensar
111 as considerações e uma proposta do município para o programa. A Conselheira Márcia Paiva
112 pontua mais uma vez que a porcentagem que deveria caber ao estado no cofinanciamento não
113 está citado no programa, que o CMAS não está a par desta discussão, que de fato as crianças
114 e adolescentes não foram prioridades na última gestão, pois até o Título de Prefeito Amigo da
115 Criança o município perdeu e questiona qual será a contrapartida do estado? Faz uma
116 discussão sobre a perspectiva ética profissional, que Londrina tem fama de negar os
117 programas propostos pelo Estado e pelo governo federal, questiona sobre a qualificação das
118 ações já existentes, aproveitando as estruturas já existentes e quais estratégias nas questões
119 do financiamento. Nádia Moura refere que a contrapartida do estado não foi citada. Ruth Piveta
120 fala da sua preocupação do recorte de público que o programa faz, reforçando a lógica
121 policlesca das famílias pobres, como se somente elas não soubessem cuidar de suas
122 crianças, o que não é fato e que entende que o cuidado tem uma dimensão subjetiva. Mariluci
123 Queiroz dos Santos questiona sobre realizar o aceite com pressão para que sejam liberados
124 mais recursos se já foi anunciado pelo governo federal o corte e congelamento de gasto no
125 país. Refere sobre a profissionalização no âmbito do SUAS e cita os órgãos que já se

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

126 posicionaram contra o aceite do programa, incluindo os conselhos das categorias do serviço
127 social e psicologia. Ana Cristina falta da preocupação com a metodologia do trabalho, da
128 necessidade de ampliação dos direitos em todas as políticas e das demais políticas públicas
129 também assumirem a proposta de garantia de atendimento para as famílias atendidas pelo
130 programa. Refere ser necessário analisar o programa na perspectiva do desmonte do que já
131 foi construído e ser realizada uma análise crítica. Luiz Figueira refere que necessita sair da
132 reunião devido a compromisso e se coloca à disposição para ajudar no fortalecimento dos
133 conselhos. Denise Fank inicia sua fala perguntando se é possível fazer o aceite condicionado
134 a proposta do município. Refere que, se for, é importante fazer uma proposta conjunta entre
135 as secretarias para que de fato atenda às necessidades do município. Contudo, lembra da
136 história da assistência social no município, das conferências e pré-conferências que definem
137 as prioridades do município. Ressalta que, a prioridade hoje é a implantação do SUAS. Pontua
138 que ainda há CRAS para municipalizar e CREAS para ampliar equipes por exemplo, que as
139 últimas lutas do CMAS tem sido de profissionalizar para qualificar os serviços já existentes,
140 que vários serviços foram apontados para priorização e o recurso não foi suficiente e que é
141 necessário avaliar se nesse momento de congelamento de recursos para as políticas públicas,
142 através de lei aprovada no final de 2016, propicia implantação de serviços que não são
143 prioritários e que não implementam o SUAS. Adriana Santos pontua sobre o fortalecimento do
144 PAIF, as ações complementares com a saúde e educação sem sobreposição de ações, a forma
145 como está colocado o programa, sem abertura para as demandas do município, irá enfraquecer
146 as demandas historicamente construídas. Josiani dos Santos Nogueira refere que está
147 participando do CMAS e que entende ser necessário que a comissão formada para apresentar
148 proposta sobre o programa envie solicitação de participação do conselho da criança e do
149 adolescente. Fábio Issamu Arijji também pontua sobre a necessidade de avaliar o aceite e a
150 contrapartida necessária. Ana Karina da Secretaria do Idoso fala da necessidade de envolver
151 as demais políticas, reforçando o já pontuado anteriormente pelos presentes. Cristiane fala
152 sobre a intersetorialidade. Pelo avançado da hora, a presidente Valmirete fala sobre os
153 encaminhamentos: formação de comissão para redigir proposta do município que será
154 composta por Adriana Santos, Sara, Teresa Genvigir Furlanetto, Neusa Tiba, Márcia Paiva,
155 Denise Fank e Cristiane da Silva Aguiar. A necessidade de consultar se o aceite pode ser feito
156 com ressalvas. Marcada reunião da comissão para o dia dezessete de fevereiro, as quinze
157 horas na SMAS. **Associação Projeto Pão da Vida.** Presidente Valmirete faz um resgate da

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

158 situação da entidade e os desencadeamentos deste processo. Márcia Paiva refere que a
159 comissão de fundo acompanha a execução do convênio, que não houve denúncias de
160 irregularidades a este conselho, resgatando a forma como a situação chegou ao conselho que
161 foi através de notícia veiculada na imprensa sobre os débitos do Provopar e Pão da Vida e
162 sobre o parcelamento da dívida em 240 vezes efetuado pelo Provopar, que nesse momento,
163 foi efetuado o primeiro relato ao CMAS sobre o Provopar e Pão da Vida. Informa novamente
164 que não houve denúncia a este conselho, que só aconteceu esse ano, quando a SMAS
165 repassou a Denúncia recebida na reunião da mesa diretora, que providências foram tomadas
166 e que, inclusive o CMAS, deve se manifestar em relação a Capacidade Administrativa e
167 Técnica nesse momento, visto o posicionamento de Fátima na plenária. Márcia observou que
168 o conselho não pode deliberar de forma solidária, e tão pouco desconsiderar os relatos
169 efetuados ou denúncias recebidas, e que devemos formalizar tudo. Retomou ainda alguns
170 pontos tratados nas reuniões de 2016, observando que esse ponto foi tratado nas reuniões
171 ordinária desse conselho, quando a SMAS se manifestava, que o CMAS questionou sobre qual
172 o papel desse conselho e como deveríamos proceder e que, entre os informes, foi pautado
173 sobre a Intervenção Administrativa, inviabilizada pois demandaria a suspensão imediata do
174 repasse, do caminho seguido para intervenção judicial, que o CMAS questionou se o repasse
175 foi efetuado na íntegra e se estava sendo acompanhado, por fim, refere que não é competência
176 deste CMAS rever prestações de contas já analisadas. Adriana Santos relatou que em dois mil
177 e dezesseis ocupava o cargo de gerente de alta complexidade, que ações técnicas foram
178 desenvolvidas com o monitoramento das dificuldades. Márcia Paiva diz que a comissão de
179 fundos pediu esclarecimento de quais são as inconsistências na prestação de contas do
180 convenio. Ratificou que seria especulação afirmar tratar-se de falha administrativa, que o
181 CMAS sempre obteve informações da SMAS afirmando que não ocorreu má fé ou fraude em
182 relação ao convênio, mas que hoje é preciso detalhar o que aconteceu se comprou geladeira
183 no lugar de fogão, se comprou com recurso de um convênio e utilizou em outro. Secretária
184 Nádia Moura reforça a parceria entre o poder público e a entidade APP Vida e resgata o
185 processo dos repasses e consultas jurídicas para providências, informando que saiu liminar
186 para pagamento da instituição apesar dos impedimentos referentes às certidões. Refere que
187 seu posicionamento é de colaborar com a entidade que se encontra em dificuldades e que, a
188 partir da liminar, serão seis meses para fazer um reordenamento. A Conselheira Márcia
189 informou aos participantes que, na última reunião o CMAS deliberou pela abertura do superávit

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

190 e repasse as entidades, exceto ao Provopar e ao Pão da Vida, pois a Comissão de Fundo
191 precisará analisar as informações para apresentação na plenária. Nádia refere que entende
192 que o CMAS deveria estar ciente e acompanhando essas situações. Valmirete Alves pede a
193 palavra e resgata a fala da conselheira Márcia Paiva que não houve denúncia a este Conselho.
194 Márcia fala sobre o histórico da relação da entidade com este conselho quando discutido os
195 repasses e questiona sobre a qualidade da prestação de contas. Nádia questiona novamente
196 o fato do conselho não acompanhar a situação da entidade. Valmirete faz alguns
197 esclarecimentos e o Pastor José Maria Góes, conselheiro representante do gabinete do prefeito
198 coloca sua solidariedade para com a entidade e a necessidade de estar atento para essas
199 situações não ocorrerem novamente. Josiani dos Santos Nogueira, atual diretora de proteção
200 social especial da SMAS, fala da transição da gerencia de alta complexidade e as providências
201 tomadas. Fala sobre os serviços prestados, elogiando a equipe que está trabalhando mesmos
202 em receber o salário. Questiona ainda sobre as inscrições das entidades no conselho. Nádia
203 Moura refere sobre as entidades assumirem serviços que não são da natureza das entidades,
204 usando como exemplo o provopar. Mariluci Queiroz dos Santos faz uma fala referente às
205 entidades assumirem esses serviços porque o poder público não se mostrou capaz de assumi-
206 los. Conselheiro Aurélio Caetano retoma que as informações questionadas pelo CMAS foram
207 respondidas pela gestão. Refere como o processo ocorreu até a prestação de contas especial.
208 Solicita que a palavra seja aberta a gerente de projetos da entidade APP Vida, Fátima Reale
209 Prado. Fátima faz um resgate do processo que em primeiro de dezembro de dois mil e doze
210 teve a implantação do sistema SIT e a dificuldade da entidade com o manuseio do sistema.
211 Informou que a SMAS notificou a entidade sobre as inconsistências das informações colocadas
212 no sistema. Refere que em maio de dois mil e quatorze foi solicitada pela SMAS a correção do
213 SIT dos lançamentos referentes aos últimos dois anos, mas que o tribunal de contas do Paraná
214 não abriu o acesso ao sistema. Posterior a isso a entidade teve o prazo de trinta dias para
215 revistar e corrigir os lançamentos e contas, que o prazo foi cumprido e realizado um TAC.
216 Refere que a contadora da entidade é voluntária e não tem facilidade com as tecnologias e que
217 o seu olhar é técnico e não contábil, portanto, sempre olhou e continuará olhando para a
218 necessidade do usuário, portanto, se houver uma pessoa em situação de rua adulta
219 necessitando de atendimento e a equipe de criança e adolescente tiver disponível, irá solicitar
220 que esta o atenda, que a entidade tem sobrevivido de doações, porém, que nenhum acolhido
221 passou fome até agora. Fátima informou que a diretoria aceitou ser afastada, mas que há

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

222 providencia e documentos que estão sem andamento visto que só podem ser tomadas e
223 assinadas pela diretoria. A Conselheira Márcia Paiva, após explanação da Sra. Fátima,
224 observou que decisões pessoais ou individuais não são justificativas para descumprimento de
225 convênio, que não pode utilizar recursos do atendimento de crianças e adolescentes para o
226 atendimento de adulto e que este conselho acata as orientações e decisões da controladoria.
227 Fátima faz explanação sobre a execução da operação noite fria e que não encaminhou os
228 documentos para aditivo de contrato, o que foi questionado pelo conselho. Mariluci refere que
229 estava na coordenação do Centro Pop no ano de dois mil e dezesseis e que a operação noite
230 fria era necessária, visto o frio intenso. Márcia Paiva pontuou que o Pão da Vida aceitou e
231 afirmou anteriormente em reunião, que aceitava a redução dos valores do convênio e que não
232 comprometeria a qualidade do serviço. Em relação à Noite Fria, a conselheira observou que o
233 Pão da Vida afirmou ter plena condição de execução, num momento que o CMAS questionou
234 muito as condições, formato e recursos; observou que a SMAS informou que o repasse não
235 ocorreu devido aos atrasos do Pão da Vida quanto ao envio do Plano de Trabalho e que o
236 CMAS questionou se a SMAS poderia efetuar o repasse visto que a entidade gastou antes de
237 receber. Márcia Paiva também questionou a fala efetuada em relação a entidade estar
238 sobrevivendo de doações, visto que até dezembro recebeu todos o recurso do convênio que
239 prevê no plano de aplicação despesas com alimentação, retomou que a Sra. Fátima esteve em
240 outros momentos no CMAS, inclusive em 2014, tratando de outras inconsistências apuradas,
241 e ressaltou que o Provopar apresentou o Balancete aberto ao CMAS esclarecendo a real
242 situação. Fátima Prado informa que o recurso recebido foi utilizado para pagamento do dissídio,
243 insalubridade e despesas que estavam em negociação devido aos atrasos de pagamento.
244 Wilson Paschoal, funcionário administrativo da instituição APP Vida retoma sobre a situação
245 da operação noite fria, do recebimento dos repasses que foram utilizados para pagamento de
246 contas em atraso como aluguel, salários e fornecedores. Refere um desconhecimento de
247 certidões em atraso. Fátima expõe que a diretoria foi afastada e aceitou intervenção. Márcia
248 Paiva questionou as informações que o Wilson passou e da Sra. Fátima que observou ter
249 pendências na Receita Federal, que só poderiam ser tratadas pelo Presidente da entidade,
250 verbalizando que a Diretoria se afastou. Márcia apontou que quem responde pelo Convênio é
251 a Diretoria e se não existe mais Diretoria não tem Convênio, que os funcionários não são a
252 entidade, questionando a manutenção do Convênio. Fátima então pede a palavra e esclarece
253 que a Diretoria assinou termo concordando com a Intervenção, retomando a fala. Márcia Paiva

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

254 retomou que a SMAS informou ter buscado parceiro para intervenção sem sucesso. Nádia
255 Moura explica que a juíza fará o contato com os interventores indicados. Valmirete Alves faz
256 algumas reflexões sobre o processo com a entidade, inclusive sobre a operação noite fria.
257 Retoma não ser atribuição deste conselho a conferência de prestações de contas. Questiona
258 qual seria a visão da gestão sobre qual deveria ser o papel do CMAS neste caso. Nádia Moura
259 retoma que chegou agora na gestão e questiona quais são as atribuições do conselho.
260 Questiona ainda sobre a resposta solicitada via email ao CMAS. Marcia Paiva retoma resolução
261 sobre as deliberações de superávit que não contemplam nem a APP Vida nem o Provopar. A
262 Conselheira propôs que o CMAS solicite, através de ofício, que a SMAS informe, como já
263 deliberado na última reunião, em relação ao Provopar e ao Pão da Vida, informações
264 detalhadas sobre os parcelamentos, dívidas, pendências, assim como o acompanhamento em
265 relação ao Convênio da Casa de Maria, ressaltando ser fundamental a mesma tratativa para
266 todas as entidades. Solicitou ainda que o CMAS também solicite por ofício que a SMAS envie
267 ao CMAS informações mensais sobre todos os convênios e entidades que possuem qualquer
268 tipo de pendência, questionamentos, e avaliações que devem ser acompanhadas pelas
269 comissões, sugere que estas informações sejam repassadas pela SMAS mensalmente. No
270 que se refere a fala de não ter havido capacitação para as entidades referente ao sistema SIT,
271 faz questionamentos e afirma que houve oferta de capacitação. Conselheira Luana Campos
272 pede a palavra e faz observações referentes a fala da Sra. Fátima Prado na apresentação das
273 justificativas, sinalizando que estas não justificam a forma de gestão dos convênios e que este
274 conselho deve observar para não abrir precedentes visto que as entidades devem ser vistas e
275 tratadas de forma igual por este conselho inclusive no que diz respeito às exigências com o
276 uso do recurso de convênios. Questiona qual a atual situação da entidade APP Vida e, tanto
277 Nádia Moura quanto Aurélio Caetano dizem que estão aguardando posicionamento da justiça
278 para poder informar ao Conselho. Neusa Tiba sugere envio de cópia das prestações de contas
279 dos convênios mensalmente para o CMAS e sugere que a comissão de fundo faça avaliações,
280 conforme já aconteceu anteriormente neste conselho. Márcia Paiva observou que a proposta
281 da Conselheira Neusa Tiba, deverá ser discutida na Comissão de Fundo, sobre o
282 acompanhamento das prestações de contas das entidades, se referindo à análise de
283 documento, ratificando que essa é função da SMAS, e que as Comissões devem desenvolver
284 suas atividades a partir do Regimento Interno. Márcia ainda falou dos avanços do CMAS, que
285 superou o papel de executor de trabalho da SMAS, focando nas suas especificidades. A

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

286 reunião é encerrada às 17h40, sendo o que havia a ser relatado, eu, Luana Garcia Campos,
287 2ª Secretária deste Conselho, redijo a presente ata desta reunião extraordinária que será
288 encaminhada para apreciação e aprovação.